

1. Informações gerais

A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com Sede no Município Niterói, Rio de Janeiro, controlada pela Enel Brasil S.A é uma concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de distribuição de energia elétrica e participar de pesquisas vinculadas ao setor energético, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (“ANEEL”)

A Companhia tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 no Estado do Rio de Janeiro e 1 no Estado de Minas Gerais, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, com vencimento em dezembro de 2026.

Em 06 de fevereiro de 2017, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração e ao exame do Conselho Fiscal.

2. Principais políticas contábeis

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - *International Accounting Standards Board*.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens: Instrumentos financeiros - mensurados a valor justo por meio do resultado;

Instrumentos financeiros - disponíveis para venda; Contingências e Benefício a empregados.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas, benefícios pós-emprego, intangível (amortização) e instrumentos financeiros.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

2.2. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R\$), moeda funcional de apresentação da Companhia. As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

c) Hedge de fluxo de caixa

Fornece proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma como a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge. Quanto ao hedge de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do hedge, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de hedge do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de hedge. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram, de forma efetiva, altamente eficaz ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de hedging), ou se a sua classificação como hedge for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de hedge, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge representados por contratos de swap, visando proteção parcial a exposição da taxa CDI produzida por suas debêntures e contra a exposição da taxa de juros do risco de variação das taxas de câmbio de seus empréstimo em moeda estrangeira. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item de hedge afetar o resultado. A Nota 29 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos contratadas pela Companhia.

d) Hedge de valor justo

A mudança no valor justo de um derivativo de hedging é reconhecida na demonstração do resultado como custos financeiros. A mudança no valor justo do item objeto de hedge relacionada ao risco objeto de hedge é registrada como ajuste do valor contábil do item objeto de hedge, sendo também reconhecida na demonstração do resultado como custos financeiros.

Para hedges a valor justo relacionados com itens contabilizados a custo amortizado, eventuais ajustes a valor contábil são amortizados por meio do resultado ao longo do prazo restante do hedge utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ter início tão logo se faça um ajuste e durará, no máximo, até a data em que o item objeto de hedge deixa de ser ajustado para refletir mudanças no valor justo atribuível ao risco que está sendo objeto de hedge.

Se o item objeto de hedge for baixado, o valor justo não amortizado deverá ser reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido for designado como item objeto de hedge, a variação acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco objeto de hedge será reconhecida como ativo ou passivo, com reconhecimento do correspondente ganho ou perda no resultado.

A Companhia conta com swap de taxa de juros utilizada para proteger a exposição a variações no valor justo do empréstimo.

e) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É calculada com base nos valores de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para clientes com débitos relevantes. Está reconhecida em valor julgado pela Administração da Companhia como suficiente para atender às perdas prováveis na realização dos créditos.

2.5. Ativos e passivos financeiros setoriais

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros. No termo de aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Como consequência, foi emitido pelo CPC a Orientação Técnica - OCPC08 ("OCPC08") que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

De acordo com a OCPC 08, o aditamento aos Contratos de Concessão, representou um elemento novo que eliminou, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quando à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Por se tratar de evento novo, a Companhia efetuou o reconhecimento dos saldos de CVA e outros componentes financeiros de forma prospectiva, a partir da assinatura dos respectivos aditivos contratuais. O registro dos valores a receber foi efetuado em contas de ativo em contrapartida ao resultado deste exercício na rubrica de receita de vendas de bens e serviços.

2.6. Ativo indenizável (concessão)

Um ativo financeiro é reconhecido quando a Companhia tem o direito incondicional de receber caixa ou equivalentes de caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato.

Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão são classificados como disponíveis para venda e nos exercícios apresentados, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras.

2.7. Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de distribuição de energia - contratos de concessão

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

As parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados até o final da concessão são classificadas como um ativo indenizável com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, onde a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão,

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

2.8. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se a Companhia tiver o direito legal executável para compensar os valores reconhecidos e pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto diferido

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil.

2.9. Benefício a empregados - Planos de benefício definido

A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado.

O déficit/superávit é calculado, deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela companhia com os planos.

As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais sobre as obrigações, o retorno dos ativos do plano (excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido e no passivo de benefício definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem na demonstração do resultado do exercício, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano.

2.10. Provisão para tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para contingências (trabalhista, cíveis, tributárias e regulatórias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, a provisão para contingências é demonstrada líquida dos depósitos judiciais embasados no direito de compensação.

2.11. Receita

a) Vendas de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência e são reconhecidas por ocasião do consumo de energia ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas de serviços de distribuição de energia não faturadas, cujo o serviço foi prestado, são reconhecidas como contas a receber de clientes a faturar, tendo por base o consumo médio diário de cada cliente, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

A Companhia reconhece a receita de serviços quando: i) a proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada, ii) o valor pode ser mensurado com segurança, iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia, e iv) as despesas incorridas com a transação assim como as despesas para concluí-la possam ser confiavelmente mensuradas. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

b) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros sobre o montante do principal em aberto.

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

c) Receitas de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é registrada no resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

2.12. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

2.13. Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:
Iniciativa de Divulgação: Alterações ao CPC 26 / IAS 7 As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2017.
Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas - Alterações ao CPC 32 / IAS 12 As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2017.
IFRS 9: Instrumentos Financeiros Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e que completa o projeto do IASB para substituir o IAS 39 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". Esse projeto foi dividido em 3 fases: As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) segregação dos ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; (iii) extinção do conceito de derivativos embutidos. Essa versão final do IFRS 9 substitui a versão anterior da norma.	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.
IFRS 15: Receita de contratos com clientes Esta nova norma é aplicável a todos os contratos com clientes exceto leases, instrumentos financeiros e contratos de seguro. O objetivo é tornar a informação financeira mais comparável e prover um novo modelo para o reconhecimento de receitas e requerimentos mais detalhados para contratos com múltiplas obrigações. Também requer uma informação mais detalhada. Essa norma substitui as normas IAS 11 e IAS 18 assim como suas interpretações (IFRIC 13, IFRIC 15, IFRIC 18 e SIC 31)	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Normas, interpretações e alterações

IFRS 16 Leases - Arrendamentos

IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil

Aplicação obrigatória para:

Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2019.

A Companhia está avaliando os impactos da aplicação do IFRS 9 e IFRS 15 a partir da sua data efetiva. Na opinião da administração a expectativa é que a aplicação das demais normas e alterações pendentes de serem aplicadas não deverá ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

3. Revisão e reajuste tarifário

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 2.023, de 08 de março de 2016, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Ampla resultantes do processo de reajuste tarifário de 2016, cujo reajuste médio percebido pelos consumidores foi de 7,38%.

4. Alterações e atualizações na legislação regulatória

a) Bandeiras tarifárias

Em janeiro de 2015 iniciou a cobrança adicional de tarifa aplicado a todos os consumidores cativos em função das condições de geração de energia, buscando reduzir os eventuais descompassos entre os custos reais de compra de energia por parte das distribuidoras e suas respectivas coberturas tarifárias. Ao longo de 2015 vigorou a bandeira vermelha.

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.016, de 26 de janeiro de 2016, e decorrente da Audiência Pública 081/15, a ANEEL estabeleceu uma nova faixa de bandeira tarifária, resultando em quatro faixas: vermelha - patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$45/MWh, vermelha - patamar 1, com acréscimo de R\$30/MWh, amarela, com acréscimo de R\$15/MWh e verde, sem acréscimo.

A evolução positiva do período úmido de 2016, recompôs os reservatórios das hidrelétricas, aliada a aumento de energia disponível, redução de demanda e adição de novas usinas ao sistema elétrico brasileiro, possibilitou a mudança das bandeiras tarifárias nos últimos meses. A partir de abril de 2016, a bandeira tarifária passou a ser verde.

b) PIS e COFINS sobre o resultado financeiro

A partir de 01/07/2015, por força do Decreto 8.426 de 01/04/2015, as alíquotas do Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público ("PIS/PASEP") e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") sobre receitas financeiras, inclusive decorrentes de operações realizadas para fins de hedge, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições, serão de 0,65% e 4%, respectivamente.

c) Sobrecontratação de energia

Em março de 2016, a ANEEL abriu a Audiência Pública nº 012, com o objetivo de obter subsídios para a definição de mecanismos de adequação dos níveis de contratação de energia via acordos bilaterais, entre distribuidoras e geradores de energia, visando minimizar impactos da sobrecontratação. Essa audiência resultou na Resolução Normativa nº 711, de 19 de abril de 2016, que estabelece os critérios sobre os quais será permitida a realização de tais acordos. Eles poderão envolver a redução temporária total ou parcial da energia contratada, redução permanente, porém parcial do contrato ou, ainda a rescisão do mesmo. A Companhia vem realizando acordos nos termos desta resolução, com o propósito de diminuir os impactos da sobrecontratação.

d) Descontos na CDE concedidos por liminar

O Despacho 1.576, de 14/06/2016, que revogou o Despacho nº 2.792, de 25/08/2015, determinou às distribuidoras que deduzam das cotas mensais da CDE, fixadas pela ANEEL, o efeito tarifário das liminares vigentes, conforme metodologia definida na Nota técnica nº 174/2016-SGT/ANEEL. Os efeitos tarifários das liminares vigentes, previstos no Despacho nº 1.576/2016, relativo ao período posterior a revisão tarifária, foram registrados como outras receitas - Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido em contra-partida do passivo, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE. Para o montante correspondente a data de entrada em vigor do Despacho e a revisão tarifária, foi constituído um passivo financeiro.

e) Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Pesquisa e Eficiência Energética - PEE

A Lei nº 13.280, de 3/05/2016, alterou a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética devendo 20% dos recursos para eficiência energética serão destinados ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel, instituído pela Portaria Interministerial nº 1.877, de 30/12/1985.

A Resolução Normativa nº 737, de 27 de agosto de 2016, aprovou o Submódulo 5.6: Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - EE dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que regulamenta o cálculo dos valores a investir em P&D, EE, a recolher ao Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, ao Ministério de Minas e Energia - MME e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel.

5. Reclassificação de saldos comparativos

Com base nas orientações emanadas pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, a Administração da Companhia, objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu a partir de 1º de janeiro de 2016 a reclassificação da receitas/despesas de multas por impontualidade de “Receitas/Despesas Financeiras” para “Outras Receitas/Despesas Operacionais” uma vez que a multa tem por fim reembolsar a Companhia de danos econômicos sofridos relacionados com a execução de procedimentos de cobrança (aviso de cobrança, reenvio de fatura, e outros) e de receitas de atividades acessórias complementares e outras rendas de “Receita Líquida” para “Outras Receitas/Despesas Operacionais” as quais não são reguladas e tão pouco vinculadas o objeto da concessão. As mudanças efetuadas não alteram o total dos ativos e passivos, do patrimônio líquido, bem como o lucro do período divulgado em 04 de fevereiro de 2016 pela Companhia.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os efeitos dessas reclassificações na demonstração dos resultados estão apresentados a seguinte:

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2015		
	Publicado	Reclassificação	Reclassificado
Receita líquida	5.177.380	(13.965)	5.163.415
Custo do serviço	(4.682.076)	-	(4.682.076)
Lucro operacional bruto	495.304	(13.965)	481.339
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	(132.000)	-	(132.000)
Despesas gerais e administrativas	(233.943)	(538)	(234.481)
Outras receitas operacionais	-	61.556	61.556
Total de receitas (despesas) operacionais	(365.943)	61.018	(304.925)
Resultado do serviço público de energia elétrica	129.361	47.053	176.414
Resultado financeiro			
Receita financeira	370.055	(47.591)	322.464
Despesa financeira	(534.083)	538	(533.545)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(34.667)	-	(34.667)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(567)	-	(567)
Prejuízo do período	(35.234)	-	(35.234)

6. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e contas correntes bancárias	34.825	9.493
Total de caixa e contas correntes bancárias	34.825	9.493
Aplicações diretas		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	76.827	-
Operações compromissadas	131.630	17.759
Total das aplicações diretas	208.457	17.759
Fundo de investimento não exclusivos		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	2	18.071
Operações compromissadas	8.073	88.803
Total de fundos de investimento não exclusivos	8.075	106.874
Total	251.357	134.126

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

7. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2016	31/12/2015
Fundos de investimentos não exclusivos	45.144	27.896
Fundos de investimentos exclusivos		
Títulos públicos	6.553	77.624
LF - Letra Financeira	2.075	1.839
Total	53.772	107.359

8. Consumidores

	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				31/12/2016	31/12/2015
Classe de consumidores:					
Residencial	17.349	68.488	66.730	152.567	325.837
Industrial	35.908	13.941	37.080	86.929	86.650
Comercial	42.155	42.143	58.664	142.962	138.249
Rural	1.019	3.201	9.881	14.101	17.384
Poder público iluminação pública	67.417	77.215	110.307	254.939	218.342
Serviço público	13.173	629	174	13.976	11.605
Revenda	12.426	1.035	980	14.441	11.745
Fornecimento	189.447	206.652	283.816	679.915	809.812
Receita não faturada	229.678	-	-	229.678	273.637
Consumidores baixa renda	7.143	-	-	7.143	6.576
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	4.136	4.136	4.136
Outros contas a receber - RDS	2.672	8.305	35.084	46.061	23.553
Subtotal	428.940	214.957	323.036	966.933	1.117.714
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(194.585)	(194.585)	(135.253)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa -RDS	-	-	(35.983)	(35.983)	(11.519)
Total circulante	428.940	214.957	92.468	736.365	970.942
Não circulante					
Parcelamento de débitos	-	-	109.276	109.276	52.796
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(50.015)	(50.015)	(48.427)
Total não circulante	-	-	59.261	59.261	4.369

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

No quarto trimestre de 2016 a Companhia vendeu determinadas faturas de energia de clientes massivos, transferindo substancialmente os riscos e benefícios destes ativos. Essa operação atendeu adequadamente aos critérios de desreconhecimento de ativos previstos no CPC 38 Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	<u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2016</u>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(195.199)	(202.011)	116.627	(280.583)
	<u>(195.199)</u>	<u>(202.011)</u>	<u>116.627</u>	<u>(280.583)</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base no histórico de perdas efetivas com os consumidores, existência de garantias reais para os clientes mais relevantes. Para os demais clientes, a Companhia utiliza o critério estabelecido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica emitido pela ANEEL, uma vez que entende ser este critério suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

O resultado de PCLD da companhia foi substancialmente afetado pelo reconhecimento de provisão sobre outros serviços complementares com valores vencidos a mais de 360 dias no montante de (R\$ 17.456). Adicionalmente para os clientes em processos de recuperação judicial, concordata ou processo falimentar estão sendo integralmente provisionadas (valores vencidos e a vencer) (R\$18.527).

9. Subvenção CDE - desconto tarifário

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Resolução Homologatória 1.703/2014	51.742	51.742
Resolução Homologatória 1.861/2015	129.810	113.703
Resolução Homologatória 2.023/2016	78.954	-
Parcela de Ajuste (estimativa)	15.370	6.147
Atualização Monetária	1.636	1.636
	<u>277.512</u>	<u>173.228</u>

Valor a ser repassado pela Eletrobras, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)****a) Compensação da obrigação Encargo CDE x Valores a receber subsidio baixa renda - CDE**

Os valores em aberto de novembro de 2014 até a presente data (Resoluções homologatórias 1.703, 1861 e 2.023), foram objeto de compensação integral com os valores devidos à Eletrobras relativos a Encargos CDE, por força de decisão liminar proferida em favor da Companhia em 08/07/2015. Em função da decisão ser liminar, a Companhia mantém registrado no passivo circulante, na linha de taxas regulamentares, o montante de R\$ 305.155 (R\$ 231.405 em 2015), correspondente à parcela a repassar a Eletrobras decorrente da subvenção CDE, que será compensado quando a decisão transitar em julgado.

10. Tributos a compensar

	31/12/2016		31/12/2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda e contribuição social	10.396	-	34.227	-
ICMS	49.376	92.371	47.459	77.922
PIS e COFINS	8.246	32.929	7.300	31.881
Outros tributos	6.625	-	1.629	-
Total de tributos a compensar	74.643	125.300	90.615	109.803

Do total de crédito de ICMS, R\$ 127.637 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 111.271 em 31 de dezembro de 2015) refere-se à Lei Complementar nº 102/00, que prevê o crédito do ICMS sobre aquisição de bens para o ativo fixo e compensação em 48 meses. O valor de R\$ 14.110 referem-se aos pedidos de restituição de ICMS dos clientes CEDAE e CERES.

Os valores classificados no ativo não circulante de PIS e COFINS a compensar, referem-se ao PIS e a COFINS semestralidade, com trânsito em julgado, oriundo de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nos 2.445/88 e 2.449/88 e o direito à restituição da diferença entre os valores pagos com base nos aludidos decretos e aqueles devidos de acordo com a Lei Complementar nº 07/70.

11. Ativos e passivos financeiros setoriais**Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA**

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo estas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2016		31/12/2015	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Compra de energia	(54.359)	7.948	381.497	66.888
Encargo de serviço do sistema - ESS	143.726	31.664	(91.331)	(7.852)
Uso da rede básica	(4.881)	(935)	17.236	(3.356)
Conta de desenvolvimento Energético - CDE	16.488	8.936	100.294	25.374
Outros	(35.522)	(7.216)	9.113	4.200
Conta de compensação de variação de custos da Parcela A	65.452	40.397	416.809	85.254
Sobrecontratação de energia	52.210	11.990	19.780	(11.928)
Bandeira não faturada	-	-	(24.715)	-
Neutralidade	(27.500)	(6.094)	26.867	7.767
Demais ativos e passivos financeiros setoriais	(71.120)	(4.854)	20.333	(2.387)
Outros ativos e passivos financeiros setoriais	(46.410)	1.042	42.265	(6.548)
Total dos ativos e passivos financeiros setoriais	19.042	41.439	459.074	78.706

Em 31 de dezembro de 2016, encontra-se registrado no circulante, substancialmente, o saldo remanescente oriundo da CVA homologada pela ANEEL em 08/03/2016 - Resolução Homologatória nº 2023, no valor de R\$ 394.581. A CVA correspondente ao ciclo atual, que compreende o período de 15 de março de 2016 a 14 de março de 2017, está sendo registrado no passivo não circulante.

12. Ativo indenizável (concessão)

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	1.832.491	1.342.255
Transferências do ativo intangível	270.534	293.757
Marcação a mercado - ativo financeiro	139.330	196.479
Saldo Final	2.242.355	1.832.491

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

O valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, está registrado com base no Valor Novo de Reposição ("VNR"), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado

	Saldo em 31/12/2015				Saldo em 31/12/2016	
	Depreciação	Adição	Transferência	Reclassificação		
Imobilizado em serviço						
Máquinas e equipamentos	111.247	-	-	1.915	-	113.162
Móveis e utensílios	22.140	-	-	870	-	23.010
Subtotal	133.387	-	-	2.785	-	136.172
Depreciação acumulada						
Máquinas e equipamentos	(73.344)	(5.639)	-	-	-	(78.983)
Móveis e utensílios	(16.331)	(607)	-	-	-	(16.938)
Subtotal	(89.675)	(6.246)	-	-	-	(95.921)
Total do imobilizado em serviço	43.712	(6.246)	-	2.785	-	40.251
Imobilizado em curso						
Máquinas e equipamentos	21.440	-	1.554	(1.915)	(571)	20.508
Móveis e utensílios	5.750	-	2.175	(870)	614	7.669
Subtotal	27.190	-	3.729	(2.785)	43	28.177
Total do imobilizado	70.902	(6.246)	3.729	-	43	68.428
Outros Investimentos	974	-	-	-	-	974
Maquinas e Equipamentos	2.309	(449)	-	-	290	2.150
Total Bens de Renda	3.283	(449)	-	-	290	3.124
Total	74.185	(6.695)	3.729	-	333	71.552

As principais taxas de depreciação que refletem a vida útil, de acordo com a Resolução Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

ADMINISTRAÇÃO	%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%

14. Intangível

	31/12/2016			31/12/2015
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
Em Serviço				
Direito de uso da concessão	4.667.090	(2.189.255)	(133.125)	2.360.451
Software	198.308	(111.298)	-	84.513
Em Curso				
Direito de uso da concessão	930.595	-	(129.056)	496.616
Software	35.357	-	-	18.751
Total	5.831.350	(2.300.553)	(262.181)	2.960.331

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Em serviço				Em curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	4.421.869	(1.952.980)	(164.448)	2.304.441	499.480	(84.285)	415.195	2.719.636
Adições	-	-	-	-	784.592	(23.054)	761.538	761.538
Baixas	(113.476)	105.660	15.563	7.747	-	-	-	7.747
Amortização	-	(243.482)	12.512	(230.970)	-	-	-	(230.970)
Transferências	659.501	-	(1.815)	657.686	(659.501)	1.815	(657.686)	-
Transferências para o ativo indenizável	(294.742)	-	985	(293.757)	-	-	-	(293.757)
Reclassificação do imobilizado	-	(183)	-	(183)	(3.680)	-	(3.680)	(3.863)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.673.152	(2.090.985)	(137.203)	2.444.964	620.891	(105.524)	515.367	2.960.331
Adições	-	-	-	-	917.044	(32.139)	884.905	884.905
Baixas	(108.124)	68.337	-	(39.787)	-	-	-	(39.787)
Amortização	-	(278.651)	12.685	(265.966)	-	-	-	(265.966)
Transferências	571.940	-	(8.607)	563.333	(571.940)	8.607	(563.333)	-
Transferências para o ativo indenizável	(270.534)	-	-	(270.534)	-	-	-	(270.534)
Reclassificações de Imobilizado	(1.036)	746	-	(290)	(43)	-	(43)	(333)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.865.398	(2.300.553)	(133.125)	2.431.720	965.952	(129.056)	836.896	3.268.616

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, de acordo com definições da ANEEL para fins tarifários e de determinação da indenização dos bens reversíveis. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será amortizado de forma linear e limitado ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia. Esse intangível é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como ativo indenizável nos moldes da Lei nº 12.783.

As principais taxas de amortização, de acordo com a Resolução Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

DISTRIBUIÇÃO	%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Concentrador secundário	7,69%
Medidor eletrônico	7,69%
Medidor eletromecânico	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Estrutura torre	2,70%

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Fornecedores e outras contas a pagar

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Suprimento de energia elétrica		
Compra de Energia	313.434	702.760
Encargo de uso da rede	15.170	13.532
Diferencial Eletronuclear	-	779
Partes relacionadas (vide Nota 20)	1.464	2.056
Materiais e serviços	358.952	238.793
Total	689.020	957.920
Circulante	688.858	952.142
Não circulante	162	5.778

16. Obrigações fiscais

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	55.973	148.692
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	39.157	35.956
Programa de integração social - PIS	8.458	7.761
Imposto sobre serviços - ISS	4.770	3.340
INSS s/ terceiros	10.574	8.709
Outros	5.369	11.688
Total	124.301	216.146

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2016	31/12/2015	Início	Vencimento	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros
<u>Empréstimos</u>						
Banco do Brasil S.A	-	101.813	19/11/2013	31/12/2016	Anual	107% CDI
Banco do Brasil S.A	-	30.424	29/11/2013	31/12/2016	Anual	107% CDI
Citibank N.A	126.054	-	06/01/2016	24/12/2018	Bullet	LIBOR + 2,40%
Santander Chile	250.050	-	07/03/2016	07/03/2019	Bullet	LIBOR + 1,53%
Empréstimos	376.104	132.237				
<u>Financiamentos</u>						
BNDES (Capex 2011)	45.795	55.972	15/08/2011	15/06/2021	Mensal	8,7%
BNDES (Capex 2011)	29.593	48.622	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	TJLP + 2,96%
BNDES (Capex 2011)	29.605	48.642	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	TJLP + 3,96%
BNDES (Capex 2012-2013)	53.047	61.313	16/08/2013	15/05/2023	Mensal	3,0%
BNDES (Capex 2012-2013)	83.845	106.274	16/08/2013	15/06/2020	Mensal	TJLP + 2,80%
BNDES (Capex 2012-2013)	83.879	106.317	16/08/2013	15/06/2020	Mensal	TJLP + 3,80%
BNDES (Capex 2012-2013)	2.066	-	16/08/2013	15/12/2020	Mensal	TJLP
BNDES (Capex 2014-2015)	44.758	56.854	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	9,5%
BNDES (Capex 2014-2015)	140.027	56.920	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	TJLP + 3,10%
BNDES (Capex 2014-2015)	151.392	-	30/05/2016	15/12/2023	Mensal	SELIC + 3,18%
Financiamentos	664.007	540.914				
<u>Partes relacionadas</u>						
Enel Brasil (vide nota 18)	1.211.976	878.138	29/12/2015	07/08/2019	Variável	CDI + 1,65% a 2,75%
Empréstimos com partes relacionadas	1.211.976	878.138				
Total de empréstimos e financiamentos	2.252.087	1.551.289				
Resultado das operações de Swap	65.809	-				
Total de empréstimos e financiamentos	2.317.896	1.551.289				
Circulante	373.422	119.520				
Não circulante	1.878.665	1.431.769				

Abaixo segue as condições contratuais:

Contratos	Objeto	Valor Total	Desembolsado	Garantias
<u>Empréstimos</u>				
Citibank N.A	Capital de Giro	150.000	100%	-
Santander Chile	Capital de Giro	277.718	100%	Fiança
<u>Financiamentos</u>				
BNDES Capex 2011	Financiamento do CAPEX 2010/2011	331.397	97%	Recebíveis
BNDES Capex 2012-2013	Financiamento do CAPEX 2012/2013	450.171	79%	Recebíveis
BNDES Capex 2014-2015	Financiamento do CAPEX 2014/2015	476.613	24%	Recebíveis
<u>Partes relacionadas</u>				
Enel Brasil	Empréstimo subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	1.024.850	100%	-
Enel Brasil	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	161.851	100%	-

* Vide nota 18

Nas operações de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e empréstimo com Citibank N.A., a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações, durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2016.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contratos	Obrigações especiais financeiras	Limite	Periodicidade de Apuração dos índices
BNDES 2011	Endividamento Financeiro Líquido* / LAJIDA** (máximo)	3,50	Semestral
BNDES 2011	Endividamento Financeiro Líquido* / (PL + Endividamento Financeiro Líquido*) (máximo)	0,60	Semestral
BNDES 2012 e 2014	Endividamento Bancário Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDES 2012 e 2014	Endividamento Bancário Líquido / (PL + Endividamento Bancário Líquido) (máximo)	0,60	Anual
CITIBANK N.A	Dívida Financeira Líquida* / EBITDA** (máximo)	3,50	Trimestral
CITIBANK N.A	Dívida Financeira Líquida* / (Dívida Financeira Líquida* + PL) (máximo)	0,60	Trimestral

*Endividamento financeiro líquido considera o endividamento total, excluindo a dívida com parte relacionada (mútuos subordinados).

** Lajida é a tradução em português para Ebitda, que significa: Lucro antes de resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências e para devedores duvidosos.

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

31/12/2016					
2018	2019	2020	2021	Após 2021	Total não Circulante
273.524	1.401.522	104.908	74.200	24.511	1.878.665

18. Debêntures

	31/12/2016		31/12/2015		Emissão	Vencimento		Remuneração	Tipo de amortização	Quantidade de títulos
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		Inicial	Final			
1ª série - 6ª emissão	-	-	58.869	-	15/06/2011	15/06/2015	15/06/2016	CDI + 1,2% a.a.	Anual	11.700
2ª série - 6ª emissão	95.300	87.831	92.884	164.613	15/06/2011	15/06/2016	15/06/2018	IPCA + 7,90% a.a.	Anual	18.300
1ª série - 7ª emissão	50.302	-	50.624	50.000	15/06/2012	15/06/2016	15/06/2017	CDI + 1,02% a.a.	Anual	10.000
2ª série - 7ª emissão	150.482	274.287	12.593	385.551	15/06/2012	15/06/2017	15/06/2019	IPCA + 6,00% a.a.	Anual	30.000
1ª série - 8ª emissão	60.903	100.000	11.050	150.000	16/07/2014	07/07/2017	15/07/2019	CDI + 1,45% a.a.	Anual	15.000
2ª série - 8ª emissão	60.903	100.000	11.050	150.000	16/07/2014	15/07/2017	15/07/2019	CDI + 1,45% a.a.	Anual	15.000
(-) Custos a amortizar	(972)	(1.793)	(1.202)	(2.701)						
Total sem efeito de swap	416.918	560.325	235.868	897.463						
Resultado das operações de swap	(787)	-	(1.912)	(5.385)						
Total de debêntures líquido	416.131	560.325	233.956	892.078						

Em 31 de dezembro de 2016, as debêntures são simples e não conversíveis em ações. Os instrumentos financeiros derivativos (swaps) encontram-se registrados no ativo circulante e não circulante nos valores de R\$ 787 (R\$ 7.297 em 31 de dezembro em 2015).

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo segue disposta a mutação das debêntures:

	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2015	233.956	892.078	1.126.034
Amortização	(194.540)	-	(194.540)
Encargos provisionados	102.010	-	102.010
Encargos pagos	(105.357)	-	(105.357)
Variação monetária	-	40.661	40.661
Transferência de prazos	372.414	(372.414)	-
Custo de transação amortizado	1.138	-	1.138
Resultado de swap	6.510	-	6.510
Em 31 de dezembro de 2016	416.131	560.325	976.456

A Companhia está sujeita à manutenção dos seguintes índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas informações trimestrais, os quais foram atingidos em 31 de dezembro de 2016.

Obrigações especiais financeiras	Limites		
	6ª Emissão	7ª Emissão	8ª Emissão
Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	3,50	3,50	3,50
EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas (mínimo)	1,75	1,75	-
Dívida Financeira Líquida / (Dívida Financeira Líquida + Patrimônio Líquido) (máximo)	-	-	0,60

Curva de
amortização
das debêntures

registradas no passivo não circulante sem os efeitos do swap:

	2018	Após 2018	Total
2ª série - 6ª emissão	87.831	-	87.831
1ª série - 7ª emissão	-	-	-
2ª série - 7ª emissão	137.143	137.144	274.287
1ª série - 8ª emissão	50.000	50.000	100.000
2ª série - 8ª emissão	50.000	50.000	100.000
(-) Custo de transação	(798)	(995)	(1.793)
Total a amortizar	324.176	236.149	560.325

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Taxas Regulamentares

	31/12/2016	31/12/2015
Conta de desenvolvimento energético - CDE (Vide nota 9)	305.155	231.405
Programas de P&D e PEE	67.675	70.097
Outros	12.446	976
Total	385.276	302.478
Circulante	339.189	252.336
Não Circulante	46.087	50.142

Os valores apresentados no não circulante, são exclusivamente programa de pesquisa e desenvolvimento e programa de eficiência energética.

20. Partes relacionadas

Natureza da Operação		Ativo circulante (*)	Passivo circulante (*)	Passivo não circulante (*)	Receita (despesa)	Ativo circulante (*)	Passivo circulante (*)	Passivo não circulante (*)	Receita (despesa)
Fundo de pensão (a)	Fundo de pensão	-	-	493.335	(49.382)	-	-	491.635	(44.757)
Enel Cien S/A (b)	Transmissão de energia	-	336	-	(3.053)	-	298	-	(3.553)
Enel Green Power Cachoeira Dourada S/A (c)	Compra de energia	-	623	-	(6.869)	-	1.111	-	(8.803)
Enel soluções S/A (d)	Serviços	79	505	-	404	58	647	-	748
Enel Energy (e)	Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Brasil (f)	Mútuos	2.356	187.126	1.024.850	(171.986)	8.593	-	878.138	(56.315)
Enel Green Power (g)	Compra de energia	-	-	-	(1.349)	-	-	-	-
Total de transações com partes relacionadas		2.435	188.590	1.518.185	(232.235)	8.651	2.056	1.369.773	(112.680)
(-) Plano de previdência privada - Fundação Brasiletros		-	-	(493.335)	(49.382)	-	-	(491.635)	(44.757)
Total		2.435	188.590	1.024.850	(281.617)	8.651	2.056	878.138	(157.438)

(*) Esses valores são classificados como contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e obrigações com benefícios pós-emprego, respectivamente (vide Notas 15, 17 e 21).

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

- a) Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS: Para maiores detalhes, vide Nota 21.
- b) Enel Cien S.A - (Anteriormente denominada Companhia de Interconexão Energética S/A): despesas com a Rede Básica no exercício, que tem seus contratos homologados pela ANEEL mediante despacho;
- c) Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A - (Anteriormente denominada Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S/A): os saldos se referem exclusivamente às operações referentes à compra de energia por parte da Companhia, oriundos de leilão CCEAR 15º LEE 2015 ou MCSD 15º LEE 2015;

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

- d) Enel soluções S/A - (Anteriormente denominada EN- Brasil Comercio e Serviços S/A): decorre de contratos através dos quais a Companhia arrecada e repassa à Prátil valores cobrados aos seus clientes através de serviços que são prestados pela Companhia. Os passivos correspondem ao projeto Eletrodependentes, no montante total contratado de R\$ 505 e ao projeto de Bombeamento Solar;
- e) Enel Energy: serviços de licenciamento, implementação e manutenção de software (hyperium, nostrum, oracle, osisoft e sap) onde o faturamento é feito semestralmente;
- f) Enel Brasil: mútuos contratados em 2015 e 2016 devido à necessidade de capital de giro da Companhia (Vide Nota 17);
- g) Enel Green Power: decorre de operações de compra de energia baseada em contratos de fornecimento homologados pela ANEEL, com Enel Green Power Parapanema e Enel Green Power Mourão.

	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante
Empréstimos com partes relacionadas	Encargo	Principal		Encargo	Principal	
Enel Brasil Mútuo Subordinado	-	-	1.024.850	-	-	878.138
Enel Brasil Mútuo Não Subordinado	25.275	161.851	-	-	-	-
Total de Empréstimos com partes relacionadas	25.275	161.851	1.024.850	-	-	878.138

	31/12/2016	31/12/2015
Encargos de empréstimos com partes-relacionadas	Provisionados	Provisionados
Enel Brasil Mútuo Subordinado *	146.712	-
Enel Brasil Mútuo Não Subordinado	25.274	56.315
Total de Encargos de empréstimos com parte relacionada	171.986	56.315

(*) Os encargos de empréstimos com partes relacionadas dos últimos 12 meses, corresponde ao montante de R\$ 146.712 de mútuo subordinado com a ENEL Brasil.

Remuneração da Administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia no semestre findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 7.217 (R\$ 13.821 em 31 de dezembro de 2015).

21. Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia é patrocinadora de dois planos de previdência privada (Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA e Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV) que são administrados pela Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros, entidade fechada de previdência complementar constituída na forma da legislação pertinente, de caráter não econômico e sem fins lucrativos. O PCA, estruturado na modalidade de benefício definido, consiste em complementar aos seus participantes o benefício pago pela previdência oficial. O PACV, estruturado na modalidade de contribuição variável, tem por objetivo conceder benefícios com base no saldo acumulado pelo participante e patrocinadora.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

As principais características dos planos administrados pela Companhia seguem abaixo relacionadas:

a) Plano de complementação de aposentadoria - PCA (Benefício Definido)

O custeio do plano é revisado anualmente em razão do resultado da avaliação atuarial preparados pela Brasiletros a fim de estabelecer o nível de contribuição necessário à constituição das reservas, fundos e provisões para garantia das obrigações do plano.

Patrocinadora - contribui com 2,64% da folha de salários para cobertura dos benefícios acrescido de parcela mensal correspondente a R\$ 187 para cobertura das despesas administrativas.

Participantes ativos - contribuição com base em percentuais cumulativos, que variam de 1,75% a 10%, em função da faixa salarial e teto da previdência social, acrescido de contribuição fixa de 1,10% sobre o salário.

Participantes assistidos - contribuição com base em percentuais cumulativos, variando de 1,75% a 10%, em função do valor complemento de aposentados da faixa salarial e teto da previdência social.

Em 31 de dezembro de 2001, a Companhia reconheceu o déficit atuarial no montante de R\$ 118.221 de acordo com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. O déficit foi suportado por contrato celebrado em 01 de janeiro de 2002 junto à Brasiletros, onde ficou estabelecido o prazo de 20 anos para amortização, com carência de 2 anos e meio e reajuste do saldo devedor em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais anuais. Para a posição de 31/12/2016, o valor atualizado desse compromisso é de R\$ 248.543, de acordo avaliação atuarial preparada pela Brasiletros.

b) Plano de aposentadoria de contribuição variável - PACV (Contribuição Definida)

Patrocinadora - contribuição média de 6,40% da folha de salários dos participantes ativos não elegíveis ao recebimento do benefício pleno oferecido pelo plano, dos quais 4,89% são destinados à cobertura dos benefícios e 1,51% destinados à cobertura das despesas administrativas.

Participantes ativos - contribuição a partir de 2% do salário, conforme previsão regulamentar, sendo o percentual médio de contribuição observado a partir da população ativa equivalente a 5,13% da folha de salários dos participantes ativos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A Companhia firmou dois contratos de dívida junto à Brasileiros nos anos de 2012 e 2013, nos montantes de R\$ 3.498 e R\$ 9.861, respectivamente, para compensar o acréscimo das provisões matemáticas dos participantes que se encontravam na condição de ativo no plano em 31/12/2006 em função da alteração da hipótese de crescimento real dos benefícios de - 1,5% para 0%a.a. que refletiu na redução da expectativa de recebimento do benefício vitalício.

Em função da situação deficitária registrada no plano em 2014 e a necessidade de restabelecer seu equilíbrio, a Companhia assumiu integralmente as obrigações decorrentes do resultado apurado no montante de R\$ 47.684 que foi objeto de contrato de confissão de dívida assinado em 30/01/2015, com prazo de amortização de 15 anos e cláusula de revisão atuarial, onde o saldo devedor será revisto ao final de cada ano, em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais.

Atualmente, os saldos dos contratos de confissão de dívida assumidos pela Enel Distribuição Rio com o PACV totalizam a quantia de R\$ 90.214, de acordo com avaliação atuarial preparada pela Brasileiros.

c) Plano de Assistência Médica dos Aposentados (PAMA)

A Companhia tem por obrigação conceder benefícios de assistência médica somente a ex-funcionários que foram desligados da Companhia até 31 de dezembro de 1997 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses benefícios são de caráter opcional e são custeados pela Companhia e pelo usuário.

d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria

A Companhia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria assegurando o pagamento de importância equivalente a, no mínimo, 40% do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao Aviso Prévio do empregado, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

Terão direito o benefício apenas os empregados que tenham adquirido o mínimo de 70% do tempo de serviço na Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 493.335 (R\$ 491.635 em 31 de Dezembro de 2015), corresponde à totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 - Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (Funding) Mínimo e sua Interação, no montante total do passivo, estão inclusos os contratos de dívida atuariais que a Companhia assinou junto a Brasileiros, tendo em vista equacionar os déficits de ambos os planos PCA e PACV, já que a patrocinadora assume as responsabilidades desses planos de acordo com a legislação vigente.

Análise da obrigação atuarial

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação e do valor justo dos ativos dos planos

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>		<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Valor presente da obrigação atuarial no início do período	1.029.004	1.021.198	Valor justo dos ativos do plano no início do período	656.657	646.407
Custo dos serviços correntes	1.934	1.837	Retorno esperado dos ativos do plano	90.605	78.655
Custos dos juros	138.053	121.575	contribuições recebidas de participantes do plano	24	22
Contribuição de participantes do plano	24	22	Contribuições do empregador	74.572	61.967
Perdas (ganhos) atuariais sobre a obrigação atuarial	131.243	(18.327)	Benefícios pagos pelo plano	(110.851)	(97.301)
Benefícios pagos pelo plano	(110.851)	(97.301)	Ganhos (perdas) atuarias sobre os ativos do plano	60.959	(33.093)
Valor presente da obrigação atuarial ao final do período	<u>1.189.407</u>	<u>1.029.004</u>	Valor justo dos ativos do plano ao final do período	<u>771.966</u>	<u>656.657</u>

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Valor presente das obrigações atuariais	1.189.407	1.029.004
Valor justo dos ativos	<u>(771.966)</u>	<u>(656.657)</u>
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	417.441	372.347
(Ativo) passivo atuarial líquido	417.441	372.347
Efeito do reconhecimento de dívidas contratadas	75.894	119.288
(Ativo) passivo atuarial líquido apurado	<u>493.335</u>	<u>491.635</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Despesa reconhecida nas demonstrações do resultado

	31/12/2016	31/12/2015
Custo do serviço corrente bruto	1.958	1.859
Contribuições de participante	(24)	(22)
Custo do serviço líquido	1.934	1.837
Juros sobre a obrigação atuarial	138.053	121.575
Rendimento esperado dos ativos no ano	(90.605)	(78.655)
Juros líquidos sobre o passivo	47.448	42.920
Total reconhecido na DRE	49.382	44.757

Valores totais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	31/12/2016	31/12/2015
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	131.243	(18.327)
(Ganho)/Perda sobre os ativos	(60.959)	33.093
Variação no ajuste para reconhecimento de dívida	(43.392)	49.045
Montante reconhecido no período em ORA	26.892	63.811

Retorno real dos ativos dos planos

	31/12/2016	31/12/2015
Retorno esperado sobre os ativos do plano	90.605	78.655
Ganho (Perda) atuarial sobre os ativos do plano	60.959	(33.093)
Retorno real sobre os ativos dos planos	151.564	45.562

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo foram:

Principais Premissas Atuariais	PCA	PACV	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	12,20%	12,20%	12,20%	12,25%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	12,20%	12,20%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	9,19%	9,19%	N/A	9,19%
Taxa de inflação esperada	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	6,00%	6,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 + 6anos	AT-49 + 6anos	AT-49 + 6anos	N/A

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)****22. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

	31/12/2015					31/12/2016
	Saldo Acumulado	Adições	Reversões	Atualização	Liquidação	Saldo Acumulado
Trabalhistas (a)	175.137	64.416	(63.251)	87.568	(16.419)	247.451
Cíveis (b)	290.086	99.097	(50.845)	49.596	(84.352)	303.582
Fiscais (c)	28.923	25	(102)	2.149	(2.663)	28.332
Regulatório (d)	27.946	4.012	-	5.630	(13.248)	24.340
Total das provisões	522.092	167.550	(114.198)	144.943	(116.682)	603.705

a) Riscos trabalhistas

Englobam reclamações de ex-funcionários próprios e empregados de empresas terceirizadas que pleiteiam vínculo empregatício com a Companhia e posterior equiparação em direitos aos empregados desta ou eventuais verbas inadimplidas por suas empresas.

b) Riscos cíveis

Grande parte da provisão vinculada a processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

c) Riscos fiscais

Os principais riscos fiscais os quais a Companhia está exposta são:

O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 13.005 (R\$12.326 em 31 de dezembro de 2015).

Auto de Infração e Execução Fiscal apresentados pelo Estado do Rio de Janeiro para cobrança de ICMS, relativos ao período de dezembro de 1996 a novembro de 1998 e novembro de 1998 a março de 1999, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia. Provisões equivalentes a 40% e 20% das autuações fiscais, isto é, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 5.279, valor total do auto de R\$ 13.199, (R\$ 4.991 e R\$ 12.477 em 31 de dezembro de 2015, respectivamente) e de R\$ 502, valor total do auto R\$ 2.512 (R\$476 e R\$ 2.378 em 31 de dezembro de 2015, respectivamente).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Riscos regulatórios

O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa 063/2004 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão.

Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento.

Contingências passivas com risco possível

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	31/12/2016	31/12/2015
Trabalhistas	552.959	505.324
Cíveis	937.576	762.230
Fiscais	1.674.601	1.809.217
Juizados especiais	144.419	128.526
	3.309.555	3.205.297

Apresentamos, a seguir, os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão.

Imposto de renda retido na fonte - Emissão de Fixed Rate Notes (FRN)

Auto de infração de 2005 lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de Fixed Rate Notes (FRN) emitidos pela Companhia em 1998. Na presente data a Companhia segue discutindo o tema através de ação judicial. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 1.192.018 (R\$ 1.127.837 em 31 de dezembro 2015).

COFINS

Execução fiscal originada de auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em 2003 para cobrar débitos de COFINS decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro de 2001 a março de 2002. O valor envolvido neste processo, atualizado em 3 de dezembro de 2016 é de R\$ 156.721 (R\$ 149.174 em 31 de dezembro de 2015).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Temas estaduais

No âmbito estadual, a Companhia discute, ainda, diversos temas referentes ao ICMS que totalizam o montante de R\$ 200.337 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 187.062 em 31 de dezembro de 2015), e tratam de: (i) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; (ii) compensação de créditos; (iii) saída de bens para reparação; saídas de bens sem a tributação; e (iv) comparação entre informes gerenciais e livros fiscais e cancelamentos de meses anteriores.

A Companhia discute com o Estado do Rio de Janeiro a cobrança de multa formal decorrente de suposta inexatidão no preenchimento da Declaração Anual para o Índice de Participação dos Municípios ("DECLAN"), no valor atualizado em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 27.275.

Temas municipais

No âmbito municipal, a Companhia discute com os Municípios de Niterói, Rio Bonito e Rio das Ostras, temas referentes à Taxa de Uso de Solo e com o Município de Niterói referente à Taxa de empacramento, juntos somam o valor de R\$ 36.400 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 37.485 em 31 de dezembro de 2015). Quanto ao ISS há auto de infração lavrado pelo Município de Cabo Frio e execução fiscal apresentada pelo Município de Niterói, no montante de R\$ 11.403 e 2.046, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 10.830 e R\$ 1.887 em 31 de dezembro de 2015, respectivamente).

A companhia discute com o Município de Rio Bonito em execução fiscal cobrança de Contribuição de Iluminação Pública no valor atualizado em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 34.693.

A Companhia, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total atualizado até 31 de dezembro de 2016 de R\$ 13.708 (R\$ 10.144 em 31 de dezembro de 2015)

Ativo contingente não registrado

No âmbito de ação rescisória apresentada pela Fazenda Pública foi confirmada em março de 2010 a decisão transitada em julgado em Mandado de Segurança que reconheceu a imunidade da Companhia quanto à COFINS até o ano de 2001. A Companhia pleiteia em ação específica a restituição dos valores pagos no período de abril de 1992 a junho de 1996. A probabilidade de perda é remota, já que o objeto único do processo é a restituição dos valores pagos indevidamente (assim reconhecido por força da imunidade declarada), não havendo nada mais que possa representar obstáculo ao direito da Ampla à restituição. O valor atualizado do processo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 172.200 (R\$ 166.758 em 31 de dezembro de 2015).

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Depósitos vinculados a litígios

A Companhia possui alguns depósitos vinculados à ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Trabalhistas	176.008	173.993
Cíveis	40.199	46.549
Fiscais	7.118	3.071
Total	223.325	223.613

23. Patrimônio líquido

a) Capital social

Está composto de ações sem valor nominal e assim distribuído:

Acionista	31/12/2016		
	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital	Milhares R\$
Enel Brasil S.A.	45.978.507	46,89	608.698
Enel Américas S.A.	31.113.689	31,73	411.906
Chilectra Inversud S.A.	20.615.188	21,02	272.919
Outros	355.513	0,36	4.707
Total de ações em circulação	98.062.897	100,00	1.298.230

Com o objetivo de manter os valores mobiliários de emissão da Companhia admitidos à negociação nos Mercados Organizados administrados pela BM&FBOVESPA cotados dentro dos valores mínimos por ela estabelecidos, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, em 15 de dezembro de 2015, operação de grupamento de ações, na proporção de 40.000 ações para 1 (uma) ação, sem redução de capital social. As ações passaram a ser negociadas na forma agrupada a partir do dia 15 de janeiro de 2016. Nessa data o capital social da Companhia passou a ser representado por 98.062.897 (noventa e oito milhões, sessenta e duas mil, oitocentos e noventa e sete) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A Companhia optou por oferecer aos seus acionistas período para livre ajuste de posição de 30 dias, conforme Instrução CVM 323/00, e o leilão das frações remanescentes após o grupamento será efetuado no dia 29 de janeiro de 2016.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme deliberado pelas Assembleias Gerais Extraordinárias das Sociedades, realizadas 28 de setembro de 2016, a incorporação da Endesa Américas e da Chilectra Américas pela Enersis Américas terá efeito a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da outorga da referida Escritura, ou seja, 01 de dezembro de 2016, quando a totalidade do patrimônio de Endesa Américas e Chilectra Américas será incorporado ao da Enersis Américas, sucedendo esta em todos os direitos e obrigações daquelas, que se dissolverão de pleno direito, sem necessidade de liquidação.

Adicionalmente, em 01 de dezembro de 2016, Enersis Américas S.A. teve sua denominação social alterada para Enel Américas S.A.. A Companhia reitera ao mercado brasileiro que a operação de incorporação das Sociedades no Chile não acarreta mudança no controle da Companhia.

b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. Em virtude dos prejuízos apurados pela a companhia não foi constituída a reserva legal.

c) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder 100% do montante do capital integralizado, conforme os termos do artigo 27, § 1º, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

d) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. A base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios está assim composta:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Prejuízo do exercício	(221.832)	(35.234)
(+) Reversão de dividendos prescritos	141	28
Prejuízo ajustado	<u>(221.691)</u>	<u>(35.206)</u>
	(221.691)	(35.206)
Outros resultados abrangentes (benefícios pós-emprego)	<u>(17.749)</u>	<u>(42.115)</u>
Reserva reforço de capital de giro	(239.440)	(77.321)

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Como a companhia apresentou prejuízo ano 2016, ela não possui a obrigatoriedade de repassar dividendo mínimo obrigatório aos seus acionistas.

e) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido.

24. Lucro (prejuízo) por ação

	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo líquido no período	(221.832)	(35.324)
Número de ações (por lote de mil)	98.063	98.063
Prejuízo por ação - básico e diluído (reais por ação)	(2,26214)	(0,36022)

Não há diferença significativa entre o lucro (prejuízo) por ação básico e o cálculo de lucro (prejuízo) por ação diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos patrimoniais emitidos com realização no exercício.

25. Receita líquida

	31/12/2016	31/12/2015
		(reclassificado)
Fornecimento faturado	6.325.511	6.052.335
Fornecimento não faturado	229.678	273.637
Consumidores, concessionários e permissionários	6.555.189	6.325.972
Suprimento de energia elétrica	77.362	66.560
Baixa renda	42.063	49.851
Subvenção CDE - desconto tarifário	180.275	134.715
Disponibilidade da rede elétrica	310.125	246.762
Receita de construção	884.905	761.538
Ativos e passivos financeiros setoriais	(518.199)	885.415
Outras receitas	44.825	57.525
Receita operacional bruta	7.576.545	8.528.338
(-) Deduções da receita		
ICMS	(1.721.457)	(1.698.658)
PIS	(111.530)	(135.752)
COFINS	(513.713)	(625.281)
ISS	(3.030)	(3.103)
Encargo setorial CDE	(712.064)	(854.498)
P&D e eficiência energética	(41.281)	(37.728)
Taxa de fiscalização	(6.481)	(9.903)
Total de deduções de receita	(3.109.556)	(3.364.923)
Total	4.466.989	5.163.415

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Receitas (Custos/Despesas) operacionais

Descrição	31/12/2016					31/12/2015 (reclassificado)				
	Custos de operação	Despesas de vendas	Despesas gerais e administrativas	Outros	Total	Custos de operação	Despesas de vendas	Despesas gerais e administrativas	Outros	Total
Pessoal	(93.674)	-	(67.839)	-	(161.513)	(105.139)	-	(82.732)	-	(187.871)
Material	(12.185)	-	(3.624)	-	(15.809)	(13.730)	-	(1.074)	-	(14.804)
Serviços de terceiros	(427.301)	(8.299)	(48.687)	-	(484.287)	(366.948)	(3.847)	(62.694)	-	(433.489)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.825.602)	-	-	-	(1.825.602)	(2.792.124)	-	-	-	(2.792.124)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(233.329)	-	-	-	(233.329)	(235.625)	-	-	-	(235.625)
Encargos de serviços do sistema	(78.859)	-	-	-	(78.859)	(134.307)	-	-	-	(134.307)
Custos na desativação de bens	(89.150)	-	-	-	(89.150)	(18.008)	-	-	-	(18.008)
Depreciação e amortização	(237.204)	-	(15.943)	-	(253.147)	(208.394)	-	(13.701)	-	(222.095)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	(208.947)	-	-	(208.947)	-	(128.153)	-	-	(128.153)
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	(53.352)	-	(53.352)	-	-	(49.051)	-	(49.051)
Custo de construção	(884.905)	-	-	-	(884.905)	(761.538)	-	-	-	(761.538)
Indenizações DIC / FIC	(55.276)	-	-	-	(55.276)	(44.522)	-	-	-	(44.522)
Perda de recebíveis de clientes	-	(5.658)	-	-	(5.658)	-	-	-	-	-
Outros custos operacionais	(22.365)	-	(28.911)	-	(51.276)	(1.741)	-	(25.229)	-	(26.970)
Receita de multa por impropriedade de clientes	-	-	-	51.115	51.115	-	-	-	47.591	47.591
Outras receitas operacionais	-	-	-	10.122	10.122	-	-	-	13.965	13.965
Total	(3.959.850)	(222.904)	(218.356)	61.237	(4.339.873)	(4.682.076)	(132.000)	(234.481)	61.556	(4.987.001)

27. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada abaixo:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(316.203)	(316.203)	(34.667)	(34.667)
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
	79.051	28.458	8.691	3.120
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Permanentes - despesas ineditáveis e multas	(9.556)	(3.582)	(8.402)	(3.214)
Incentivos fiscais e outros	-	-	(560)	(202)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	69.495	24.876	(271)	(296)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	69.495	24.876	(271)	(296)
Total	69.495	24.876	(271)	(296)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A seguir, a composição dos tributos diferidos:

	Balancos Patrimoniais		Demonstrações do resultado e resultado abrangente	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
IR e CS sobre diferenças temporárias	414.575	272.832	141.743	57.758
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	102.574	71.186	31.388	14.319
Provisão para ações judiciais e regulatórias	205.260	177.511	27.749	21.439
Provisão para perdas de estoque	63	249	(186)	-
Provisão ganho/perda instrumento financeiro derivativo	24.944	-	24.944	-
Prejuízo fiscal	78.368	21.830	56.538	-
Outras	3.366	2.056	1.310	22.000
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado	(218.716)	(171.344)	(47.372)	(58.325)
IFRIC 12	(218.716)	(171.344)	(47.372)	(58.325)
Efeito no resultado do período	195.859	101.488	94.371	(567)
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente	174.039	162.767	11.272	22.948
Plano de Pensão	174.275	165.132	9.143	21.696
Swap	(236)	(2.365)	2.129	1.252
Total	369.898	264.255	105.643	22.381

Os valores dos ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, que poderão ser compensados com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% do lucro tributável do ano, serão realizados pela Companhia em um prazo não superior a 5 anos, considerando as melhores estimativas da Administração.

28. Resultado financeiro

	31/12/2016	31/12/2015 (reclassificado)
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	25.536	14.228
Juros e atualização financeira por impontualidade de clientes	36.904	29.614
Variações monetárias	16.482	14.483
Receita financeira de ativo indenizável	139.330	171.541
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	180.231	-
Variação monetária de ativos e passivos financeiros setoriais	23.998	63.087
Outras receitas financeiras	20.816	29.511
Total da receita financeira	443.297	322.464
Despesas financeiras		
Encargo de dívidas	(241.206)	(121.011)
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(144.943)	(115.169)
Encargo de fundo de pensão	(47.447)	(42.920)
Variações monetárias debêntures	(40.661)	(60.305)
Juros debêntures	(102.010)	(112.962)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	(216.105)	-
IOF	(24.956)	(13.197)
Outras despesas financeiras	(69.288)	(67.981)
Total da despesa financeira	(886.616)	(533.545)
Resultado financeiro	(443.319)	(211.081)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

Fatores de risco

A linha de negócio da Companhia está dentro da sua estratégia, sintonizada com a gestão financeira de melhores práticas para minimização de riscos financeiros, e observando os aspectos regulatórios.

a) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro, não cumprir com suas obrigações contratuais. Esses riscos são avaliados como baixo, considerando a pulverização do número de clientes, o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação e as políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (*rating*) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e equivalentes de caixa	251.357	134.126
Titulos e valores mobiliários	53.772	107.359
Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP	11.103	7.297
Consumidores	795.626	1.002.077
Ativo financeiro setorial	-	537.780
Ativo indenizável (concessão)	2.242.355	1.832.491
	3.354.213	3.621.130

A Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específica. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração considera bastante reduzido os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Caixa e equivalente de caixa e Títulos e valores mobiliários	31/12/2016	31/12/2015
AA-	111.057	54.359
AAA	48.317	67.940
A+	15.207	-
AA+	117.099	-
BB	222	-
Banco Central do Brasil	13.226	119.186
Total Geral	305.129	241.485
Instrumentos financeiros derivativos	31/12/2016	31/12/2015
AA-	(65.810)	1.706
AA-	788	5.591
Total Geral	(65.022)	7.297

b) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do setor.

Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Ampla justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

c) Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures detalhados nas Notas 17 e 18, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) e pelo patrimônio líquido da Companhia.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

O índice de endividamento no período findo em 31 de dezembro de 2016 é de 46% e em 2015 de 49%.

d) Risco de Mercado (câmbio)

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar em perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização do dólar frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a dólar. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas a dólar da companhia possuem contratos de swap (Dólar para Real e Libor para CDI):

	<u>31/12/2016</u>
Passivos em Moeda Estrangeira	
Empréstimos e Financiamento	376.104
Exposição Patrimonial	<u>376.104</u>
Instrumentos Financeiros Notional	(359.494)
Exposição Cambial Total	<u>16.610</u>

e) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía 94% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI, SELIC, TJLP, IPCA e Libor), sendo que 11% eram atreladas a indicadores menos voláteis às oscilações do mercado, como a TJLP contraídos com o BNDES. Com finalidade de evitar riscos com variações nos índices de mercado, 14% das dívidas variáveis (13% do total) tiveram hedge em suas taxas através de contrato de swap. Além disso, a Companhia acompanha as taxas de juros e de inflação, de forma a observar a necessidade de contratar derivativos para se proteger contra possíveis flutuações destas taxas.

Os ajustes a débito e a crédito dessas operações estão registrados nas demonstrações de resultados. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apurou um resultado negativo não realizado na operação de swap no montante de R\$ 65.022 (resultado positivo no montante de R\$ 7.297 em 31 de dezembro 2015), e possui reconhecido o saldo das perdas com os instrumentos financeiros derivativos reconhecidos diretamente no patrimônio em outros resultados abrangentes no valor de R\$ 6.262 (R\$ 3.683 em 31 em de dezembro 2015).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caixa e equivalente de caixa e Títulos e valores mobiliários	31/12/2016	%	31/12/2015	%
Selic	6.553	2%	77.624	33%
CDI	255.679	95%	65.564	28%
Pré-Fixado	8.072	3%	88.804	39%
Total	270.304	100%	231.992	100%
Ativo indenizável (concessão)				
	31/12/2016	%	31/12/2015	%
IPCA	2.242.355	100%	1.832.491	100%
Total	2.242.355	100%	1.832.491	100%
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos				
	31/12/2016	%	31/12/2015	%
Taxa Fixa	189.920	6%	262.223	10%
TJLP	369.015	11%	366.710	14%
Selic	151.392	5%	56.919	2%
CDI	1.959.516	59%	1.335.832	50%
IPCA	607.900	18%	655.639	24%
Libor	16.609	1%	-	0%
Total	3.294.352	100%	2.677.323	100%

f) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos e financiamentos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a companhia utiliza-se de linhas de crédito para capital de giro disponíveis para a Ampla através de contratos firmados com o Banco Bradesco no valor de R\$ 50.000, Banco Santander no valor de R\$ 100.000, totalizando R\$ 150.000. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mutuo com sua Controladora Enel Brasil aprovado pela Aneel até 10 de dezembro de 2019 no valor de até R\$ 2.200.000, dos quais, em 31 de dezembro de 2016, estavam disponíveis o montante de R\$ 1.013.299.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2016						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	2.891	5.625	25.037	112.257	26.019	171.829
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	29.588	33.936	148.231	830.868	-	1.042.623
Empréstimos com Parte Relacionada	202.889	25.024	105.742	1.240.079	-	1.573.734
Debêntures	22.835	-	438.552	634.660	-	1.096.047
	<u>258.203</u>	<u>64.585</u>	<u>717.562</u>	<u>2.817.864</u>	<u>26.019</u>	<u>3.884.233</u>
31 de dezembro de 2015						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	2.091	4.123	18.261	86.725	25.897	137.097
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	9.545	18.810	114.037	556.015	45.219	743.626
Empréstimos com Parte Relacionada	-	-	-	1.646.580	-	1.646.580
Debêntures	22.852	-	275.176	1.085.561	-	1.383.589
	<u>34.488</u>	<u>22.933</u>	<u>407.474</u>	<u>3.374.881</u>	<u>71.116</u>	<u>3.910.892</u>

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos abaixo:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2016					
"Swaps" de juros 03/09/12	-	-	973	-	973
"Swaps" de juros 06/01/16	(4.406)	-	(13.988)	(11.351)	(29.745)
"Swaps" de juros 07/03/16	-	(14.373)	(12.817)	(28.856)	(56.046)
	<u>(4.406)</u>	<u>(14.373)</u>	<u>(25.832)</u>	<u>(40.207)</u>	<u>(84.818)</u>
31 de dezembro de 2015					
"Swaps" de juros 03/09/12	-	-	(2.850)	(1.632)	(4.482)
"Swaps" de juros 08/11/12	-	-	(1.726)	-	(1.726)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.576)</u>	<u>(1.632)</u>	<u>(6.208)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

	Categoria	Nível	31/12/2016		31/12/2015	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	251.357	251.357	134.126	134.126
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	53.772	53.772	107.359	107.359
Cauções e depósitos vinculados	Empréstimos e recebíveis	2	63.601	63.601	40.923	40.923
Consumidores	Empréstimos e recebíveis	2	803.635	803.635	984.159	984.159
Consumidores - serviços prestados	Empréstimos e recebíveis	2	84.519	84.519	81.368	81.368
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	Empréstimos e recebíveis	2	11.103	11.103	7.297	7.297
Empréstimos com partes relacionadas em moeda nacional	Empréstimos e recebíveis	2	2.356	2.356	8.594	8.594
Ativos financeiros setoriais	Empréstimos e recebíveis	2	-	-	537.780	537.780
Ativo indenizável (concessão)	Disponível para venda	3	2.242.355	2.242.355	1.832.491	1.832.491
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	1.875.983	1.826.806	1.551.289	1.454.941
Debêntures em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	977.243	953.470	1.133.331	1.101.586
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	2	376.104	372.590	-	-
Passivos financeiros setoriais	Outros passivos financeiros	2	60.481	60.481	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	Outros passivos financeiros	2	76.125	76.125	-	-
Fornecedores	Outros passivos financeiros	2	689.020	689.020	916.038	916.038

As aplicações financeiras registradas nas demonstrações financeiras (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

Valor justo hierárquico

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1** - dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2** - dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3** - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumento financeiro derivativo

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (swap) de 31 de dezembro de 2016 estão dispostos abaixo:

Derivativo	Valor da curva	Valor de mercado	Diferença	Valor de referência (Notional)
Swap DI x PRÉ 03.09.12 HSBC Bank Brasil S.A.	92	787	695	50.000
Swap Libor x DI 08.01.16 Citibank	(31.999)	(28.233)	3.766	150.000
Swap Libor x DI 07.03.16 Santander	(42.531)	(37.576)	4.955	277.718

A estimativa de valor de mercado das operações de swap foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela BM&F na posição de 31 de dezembro de 2016.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Em 31 de dezembro de 2016 havia 3 (três) contratos de swap, sendo um de CDI para taxa fixa e dois contratos de Libor para CDI, a fim de diminuir a exposição às flutuações dos índices de mercado, conforme demonstrado abaixo:

Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência	
				Moeda local	
				31/12/2016	31/12/2015
Contratos de swaps:					
HSBC BANK BRASIL S.A.	03/09/2012	16/06/2017	CDI + 1,02%aa 10,05% aa	787	5.591
CITIBANK S.A	08/01/2016	24/12/2018	Libor + 2,40%aa CDI + 1,90%aa	(28.233)	1.706
SANTANDER (Brasil) S.A	07/03/2016	07/03/2019	Libor + 1,53%aa CDI + 0.40%aa	(37.576)	-

As operações de derivativos são realizadas a fim de proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos “Investment Grade” com “expertise” necessária para as operações. A Companhia tem por política não negociar e/ou contratar derivativos especulativos.

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de mensurar os impactos decorrentes de mudanças em variáveis de mercado, considerando como cenário mais provável para a realização nos próximos 12 meses a projeção dos indicadores divulgados de acordo com a curva futuro dos indicadores divulgada pela BM&F.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável:

Ativos	Risco	Base 31/12/2016	Cenários projetados - Dez.2017		
			Provável	Adverso	Remoto
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução da SELIC	6.553	119	90	60
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	255.679	8.111	6.169	4.173
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Pre-fixado	8.072	-	-	-
Ativo indenizável	Redução do IPCA	2.242.355	146.394	142.862	141.096
Instrumentos financeiros derivados	Pre-fixado	(50.000)	(1.966)	(1.966)	(1.966)
Instrumentos financeiros derivados	Alta do CDI	(427.718)	(55.713)	(67.813)	(79.608)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Pre-fixado	(140.834)	(13.559)	(13.559)	(13.559)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da TJLP	(369.015)	(33.840)	(39.178)	(44.445)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Selic	(151.392)	(13.866)	(16.069)	(18.243)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	(1.534.210)	(192.981)	(231.329)	(268.716)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do IPCA	(607.899)	(69.618)	(77.107)	(84.063)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Libor	(16.610)	-	-	-
			(226.919)	(297.900)	(365.271)

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

Contrato	31/12/2016	Cenário + 25%	Cenário + 50%
Debênture 1ª série - 6ª, 7ª emissão	2.850	3.465	4.063
Swap Ponta Ativa	(2.850)	(3.465)	(4.063)
Swap Ponta Passiva	1.966	1.966	1.966
Santander 4131	6.539	63.819	111.583
Swap Ponta Ativa	(6.539)	(63.819)	(111.583)
Swap Ponta Passiva	34.673	42.516	50.161
Citi 4131	4.360	33.253	57.345
Swap Ponta Ativa	(4.360)	(33.253)	(57.345)
Swap Ponta Passiva	21.039	25.297	29.447
Total	57.678	69.779	81.574

Conforme demonstrado acima, a variação do CDI e da Libor sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas inteiramente pelo resultado oposto de sua ponta ativa.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 2.432.837 em 2017, R\$ 2.688.536 em 2018, R\$ 2.853.353 em 2019, R\$ 2.847.306 em 2020 e R\$ 50.294.988 após 2020.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no período em 31 de dezembro de 2016 que foram homologados pela ANEEL.

31. Participação nos resultados

O montante dessa participação no exercício de 2016 foi de R\$ 19.967 (R\$ 12.638 em 2015).

32. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Enel. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de indenização
	De	Até		
Risco operacional	01/11/2016	31/10/2017	R\$ 1.260.239	R\$ 159.055
Responsabilidade civil	01/11/2016	31/10/2017	N/A	R\$ 636.220